

## **METODOLOGIA DA PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO – PED**

### **O Contexto de Criação da Pesquisa**

Em 1984, foi firmado um convênio entre a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese para a implantação de uma pesquisa domiciliar sobre emprego e desemprego na Região Metropolitana de São Paulo. Essa parceria entre Estado e trabalhadores surgiu em decorrência do cenário que caracterizava o país no início da década de 80, marcado pela redemocratização e pelo agravamento da crise econômica, com grandes impactos sobre o mercado de trabalho paulista.

A atuação conjunta de governo e sociedade civil – experiência pioneira na produção de dados no país – tinha inúmeros objetivos, entre eles garantir a democratização do acesso às informações e produzir indicadores isentos e mais colados à realidade do mercado de trabalho nacional. Com isso, buscava-se subsidiar a formulação das políticas econômicas e sociais e avaliar suas conseqüências.

Naquele momento, o governo do Estado de São Paulo assumiu a responsabilidade de aprofundar o conhecimento dos problemas de emprego que afetavam os trabalhadores. Este compromisso foi expresso no documento assinado pela Fundação Seade e pelo Dieese, no lançamento da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, na Região Metropolitana de São Paulo.

*O governo do Estado não pode omitir-se da responsabilidade de possibilitar um maior conhecimento da realidade social através da geração de indicadores confiáveis e apropriados. Este conhecimento é pré-condição para, de um lado, auxiliar sempre que possível na formulação de políticas estaduais mais adequadas e, de outro, aferir os efeitos da política econômica sobre os níveis de sobrevivência e da qualidade de vida da população.*

O desenvolvimento da PED baseou-se na experiência das pesquisas domiciliares existentes sobre emprego e desemprego, em especial as do Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe – Prealc, e nas recomendações da Organização Internacional do Trabalho – OIT, com relação às investigações sobre o mercado laboral. Mais especificamente, contou com a experiência acumulada pelo Dieese em estudos e pesquisas empíricas sobre condições econômicas e sociais e com a capacitação técnica da Fundação Seade como organismo produtor de indicadores socioeconômicos para o Estado de São Paulo.

A PED é realizada desde outubro de 1984 na Região Metropolitana de São Paulo, regida por três propósitos básicos:

- captar e divulgar informações segundo uma metodologia que permita às instituições produtoras expressar situações típicas de um mercado de trabalho heterogêneo, no qual os limites entre as condições de ocupado, desempregado e inativo, às vezes, são muito tênues;
- aplicar um questionário que, além de viabilizar esta proposta metodológica, garanta a obtenção de indicadores compatíveis com as estatísticas internacionais;
- construir um banco de dados que possibilite às demais instituições e aos estudiosos o processamento das variáveis descritivas do mercado de trabalho de acordo com a abordagem teórica e metodológica mais adequada a seus objetivos.

Os trabalhos com tais premissas originaram-se da experiência do Dieese com a Pesquisa de Padrão de Vida e Emprego – PPVE na Grande São Paulo, no período 1981-83. Os resultados desse levantamento explicitaram a necessidade de reexaminar os critérios de classificação da inserção dos indivíduos na força de trabalho, evitando a assimilação de conceitos elaborados para expressar situações dicotômicas de trabalho/não-trabalho, mais apropriadas para descrever mercados de trabalho homogêneos e mais estruturados.

A realidade dos primeiros anos da década de 80 e o processo de captação dos dados mostraram as limitações do questionário então aplicado. Constituem bons exemplos as situações em que o entrevistado, ex-assalariado da indústria, em um posto com relativa qualificação, considerava-se desempregado e, no entanto, por ter realizado um "bico" para obter renda na semana anterior à pesquisa, simultaneamente à procura de outro trabalho, era considerado ocupado, devido aos critérios de classificação. Havia, ainda, o caso do desempregado que, sem nenhum trabalho, era considerado inativo por não ter realizado nenhuma ação que caracterizasse a procura de trabalho na semana da sondagem.

Se, originalmente, a realização da PPVE justificava-se pela dificuldade em aceitar que as estatísticas oficiais representassem adequadamente a realidade, os resultados obtidos demonstravam que o esforço deveria ser muito mais amplo que a constituição de um banco de dados sob a responsabilidade de uma entidade não-governamental. Tratava-se de repensar a forma de construção dos indicadores de mercado de trabalho, viabilizando a elaboração de parâmetros capazes de expressar a realidade de um mercado de trabalho heterogêneo.

Tomando como meta básica a superação dos limites encontrados na pesquisa do Dieese, a formulação de parâmetros, questionários, procedimentos de coleta e crítica e indicadores da PED buscou expressar movimentos característicos de um mercado de trabalho pouco

estruturado, com grande disponibilidade de mão-de-obra e cuja dinâmica é determinada por uma estrutura produtiva heterogênea. Nestas circunstâncias, situações claramente definidas de emprego e desemprego são apenas parcelas da realidade, o que exigiu formas alternativas e complementares de descrição e análise.

## **Metodologia**

### *Concepção de Mercado de Trabalho*

O processo de formação do mercado de trabalho brasileiro deve ser entendido a partir de dois elementos básicos: a transformação desigual da estrutura produtiva e o intenso e rápido processo de urbanização que transcorreu simultaneamente a essa mudança. No primeiro caso, trata-se de um movimento típico de economias que se industrializaram tardiamente, nas quais a incorporação de progresso técnico se deu de forma lenta e parcial, fazendo com que, a despeito da constituição de um parque industrial relativamente integrado e diversificado, persistisse uma forte heterogeneidade produtiva. O segundo decorre do acelerado processo de expulsão da força de trabalho do campo, causado tanto pela modernização da produção agrícola como pela ausência de reformas na estrutura de posse da terra.

Recorrentemente abordados na literatura que discute o desenvolvimento socioeconômico brasileiro,<sup>1</sup> esses elementos configuraram um mercado de trabalho no qual a geração de emprego e renda assumiu características bastante específicas. Há pelo menos três delas que merecem ser destacadas:

- a acentuada heterogeneidade da estrutura produtiva, associada à transformação parcial dos processos de produção, gerou uma estrutura ocupacional com base ampla, composta predominantemente por postos de trabalho cujo preenchimento requeria baixos requisitos de formação educacional/profissional. Combinada à grande disponibilidade de mão-de-obra, esta característica permitiu que as empresas facilmente adequassem seus contingentes de ocupados às variações da demanda e utilizassem a rotatividade como artifício de controle de custo e qualidade da mão-de-obra ocupada. Como consequência, parcela majoritária da força de trabalho urbana no Brasil tendeu a se inserir em postos com baixos salários e com poucos incentivos à

---

<sup>1</sup> PINTO, A. Heterogeneidad estructural y modelos de desarrollo reciente de la America Latina. *Inflacion: raices estructurales*. México: Fondo de Cultura Económica, 1973. FURTADO, C. *Brasil — a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TAVARES, M.C. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Tese (Livre Docência) — FEA/UFRJ, Rio de Janeiro, 1974.

CARDOSO DE MELLO, J.M. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982. SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: BELLUZZO, L.G.M.; COUTINHO, R. (Orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. v.1.

relação estável de trabalho;<sup>2</sup>

- embora muito intenso, o processo de geração de postos de trabalho nos segmentos dinâmicos e modernos da economia foi insuficiente para incorporar uma população urbana que crescia em ritmo acelerado. Diante da monetização crescente da estrutura de consumo que acompanha a urbanização, surgiram atividades à margem das tipicamente capitalistas e formas de inserção distintas do assalariamento com carteira assinada, viabilizadas pelo processo de ampliação e diversificação do espaço urbano;<sup>3</sup>
- finalmente, a incompatibilidade entre o baixo nível de rendimento médio propiciado pela inserção ocupacional e a mercantilização crescente do consumo induziu uma tendência à mobilização temporária de determinados segmentos populacionais, como forma de ampliar a renda disponível para as unidades familiares. Como decorrência, os fluxos de incorporação à força de trabalho adquiriram determinantes variáveis, não resumíveis ao ritmo de geração de postos de trabalho ou a tendências demográficas específicas.

A combinação dessas características permitiu verificar também:

- a maior diversificação no conjunto de assalariados, determinada pelo fato de a inserção ocorrer nos segmentos público ou privado, em empresas de maior ou menor porte, em setores ou ramos de atividades dinâmicos ou tradicionais e pela posição do posto na estrutura ocupacional das empresas (qualificado ou não-qualificado, apoio ou produção, etc.);
- a reprodução de formas de inserção precárias, notadamente autônomas e assalariadas sem carteira assinada, principalmente em atividades cuja dinâmica é subordinada ao setor capitalista e muito dependente de seu nível de atividade e renda.

Ademais, mantiveram-se também limites muito tênues entre participação e não-participação na força de trabalho, mutáveis em razão da situação socioeconômica das famílias. Ou seja, apesar da constituição de um segmento relativamente amplo de trabalhadores cuja inserção ocorria segundo padrões assemelhados aos observados nas economias capitalistas desenvolvidas, aprofundou-se a heterogeneidade da estrutura do mercado de trabalho brasileiro.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> BALTAR, P.E.A. *Salários e preços: esboço de uma abordagem teórica*. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1985. Mimeografado.

<sup>3</sup> SOUZA, P.R.C. *A determinação do emprego e dos salários em economias atrasadas*. Tese (Doutorado) — IFCH/Unicamp, Campinas, 1980. CACCIAMALLI, M.C. *Setor informal urbano e formas de participação na produção*. São Paulo: IPE/USP, 1983.

<sup>4</sup> FARIA, V. Mudanças na composição do emprego e na estrutura das ocupações. In: BACHA, E.; KLEIN, H.S (Orgs.). *A transição incompleta: Brasil desde 1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. V. I. PASTORE, J. *Desigualdade e mobilidade social: dez anos depois*. In: BACHA, E.; KLEIN, H.S. (Orgs.), op. Cit. V. 2. MINISTÉRIO DO TRABALHO; IEI/UFRJ. *O mercado de trabalho brasileiro* —

Essas características histórico-estruturais foram amplificadas pela evolução sociopolítica que caracterizou o país a partir de meados dos anos 60. Para tanto, contribuíram a intervenção no movimento sindical, as mudanças nas regras básicas de contratação e demissão – substituição do estatuto da estabilidade pelo FGTS – e o processo de contenção salarial implementado por meio de políticas de recomposição apenas parcial da erosão causada pela inflação nos rendimentos do trabalho.

Assim, à dificuldade de organização dos trabalhadores nas empresas ou em torno de sindicatos gerada pela própria estrutura do mercado de trabalho foram agregadas limitações políticas. Com isto, a experiência brasileira tomou-se ainda mais diferente da vivenciada na maioria dos países desenvolvidos, nos quais o processo de crescimento econômico e a evolução política viabilizaram a participação dos trabalhadores nos ganhos de produtividade obtidos pela economia, por meio de aumentos reais de salários e da constituição de sistemas de seguridade social. No Brasil, no período do “milagre”, auge de crescimento econômico e de geração intensa de novos postos de trabalho, não houve processo redistributivo, seja na forma de generalizados aumentos salariais acima da inflação, seja na ampliação dos mecanismos de proteção ao conjunto da população ocupada.

Em suma, à facilidade de substituição dos trabalhadores determinada pela larga base ocupacional e pela grande disponibilidade de mão-de-obra, acrescentou-se o baixo custo de contratação/demissão do trabalhador, possibilitado pela introdução do FGTS. Ampliou-se ainda mais, desta forma, a instabilidade do trabalho e da renda, mesmo daqueles inseridos como assalariados com carteira assinada em setores dinâmicos da economia.

Nesse quadro, a descrição da dinâmica do mercado de trabalho por meio de segmentos homogêneos internamente e claramente excludentes comprometeria sua capacidade explicativa. Trajetórias ocupacionais lineares – com incorporação permanente à força de trabalho após determinada idade –, uso da mão-de-obra em jornada completa – com contrato de duração indeterminada –, estabilidade no posto e rendimento adequado e fluxos entre situações bem definidas de emprego e desemprego, este entendido como ausência de trabalho combinada à procura por trabalho e à disponibilidade para trabalhar, descrevem muito pouco da realidade do mercado de trabalho brasileiro.

Isso porque a instabilidade da inserção implica fluxos constantes entre emprego e desemprego e, portanto, a possibilidade de desestímulo à procura. A combinação entre rendimentos médios baixos e a precariedade dos mecanismos de apoio aos desempregados, por sua vez,

---

*estrutura e conjuntura*. Brasília: Ministério do Trabalho, 1987. BALTAR, P.E.A.; DEDECCA, C. S.; HENRIQUE, W. *Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil*. Campinas: Cesis/IE/Unicamp, 1995. Mimeografado.

problematiza a busca de trabalho sem a realização de qualquer atividade remunerada, mesmo que irregular no tempo. Finalmente, porque a variabilidade das formas de inserção, ao gerar uma estrutura diversificada de emprego, amplia a mobilidade entre condições de atividade, circunstância que, dados os baixos requerimentos para contratação de mão-de-obra, aproxima os conceitos de População Economicamente Ativa – PEA e População em Idade Ativa – PIA. Tal configuração estrutural impõe limitações aos indicadores usualmente utilizados para avaliar a evolução conjuntural do mercado de trabalho, as quais ficaram ainda mais explícitas no início dos anos 80, com a crise econômica intensa e a reorganização dos movimentos sociais. Assim, as estatísticas existentes mostraram-se insuficientes para descrever os efeitos econômicos e sociais da recessão sobre o mercado de trabalho urbano, o que induziu à busca de formas alternativas de descrição e análise.

A elaboração da metodologia da PED pretendeu, portanto, dar expressão aos comportamentos típicos de um mercado de trabalho como o brasileiro. O propósito básico era ampliar as informações disponíveis, preservando a possibilidade de obter os indicadores tradicionais e, portanto, mantendo a comparabilidade com outros países, gerando medidas que permitissem:

- construir um método de classificação da PIA que captasse a fluidez dos segmentos e a inter-relação entre eles. Neste sentido, tornou-se possível, por exemplo, avaliar a dimensão e temporalidade dos movimentos de contração da população economicamente ativa e quantificar o segmento da PIA que, apesar da disponibilidade para o trabalho, não manifesta procura efetiva;
- criar uma tipologia em que a maior heterogeneidade dos diversos segmentos fosse explicitada, diferenciando-a das situações consideradas como típicas. Assim, o subconjunto de desempregados não se restringe apenas aos indivíduos que preenchem os três requisitos da norma internacional para classificação de desemprego, os ocupados não são classificados somente segundo a posse de carteira de trabalho assinada, etc.

Cabe destacar que essa ampliação conceitual encontra parâmetros nas resoluções da OIT para a elaboração de pesquisas domiciliares, seja pelo uso da noção de subemprego, seja pelo acolhimento da recomendação de que, *“em situações em que os meios convencionais de procura de trabalho são de importância limitada, onde o mercado de trabalho é pouco organizado ou de extensão limitada, onde a absorção de mão-de-obra é, em período específico de tempo, inadequada, ou onde o peso dos trabalhadores por conta-própria é elevado, a definição padrão de desemprego pode ser relaxada quanto ao critério de procura*

*de trabalho.*”<sup>5</sup>

Tal como elaborada em 1984, a metodologia da PED manteve-se relativamente inalterada e sua aplicação para o acompanhamento da evolução conjuntural do mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo permitiu captar as mudanças provocadas pela alternância do nível de atividade econômica e aprofundar o conhecimento quanto às características estruturais desse mercado. Assim, na segunda metade dos anos 80, realizaram-se vários estudos que propiciaram o entendimento mais amplo quanto ao efetivo significado e as conseqüências da heterogeneidade estrutural que se pretendia avaliar por meio da proposta metodológica da PED.

Neste sentido, destacam-se os estudos sobre a importância de determinadas características individuais para a inserção no mercado de trabalho, tais como etnia, gênero, migração, idade e características familiares; o grau de diferenciação estatístico, metodológico e analítico entre os indivíduos que se encontravam em desemprego oculto e as formas de inserção no contingente de ocupados; a relação entre crescimento da PEA e o ritmo de geração de postos de trabalho; e a diversidade da estrutura ocupacional, em termos setoriais e de posições ocupacionais, visando identificar os traços estruturais e as mudanças provocadas pelo ciclo econômico.

Esse amplo conjunto de estudos permitiu acompanhar a forma específica de ajuste do mercado de trabalho à instabilidade dos anos 80. Neste período, as altas taxas de inflação e as oscilações do nível de atividade levaram as empresas a recorrer a dois mecanismos básicos para ajuste de seus custos de mão-de-obra: redução do patamar real dos salários e prática de acentuada rotatividade. Com a ampliação da incerteza, esses procedimentos interromperam a tendência de elevação do peso do assalariamento com carteira de trabalho no total dos ocupados, acentuando ainda mais a diversidade e heterogeneidade das formas de inserção na força de trabalho. Neste quadro, os trabalhos desenvolvidos na segunda metade da década de 80 utilizando as informações captadas pela PED reforçaram a opção metodológica e o recorte de mercado de trabalho proposto.

No início dos anos 90, houve uma mudança nos padrões de comportamento da economia brasileira, provocada pela maior exposição do país à concorrência internacional, que, no primeiro triênio, ocorreu combinada a uma política recessiva de combate à inflação. A reação das empresas a este novo cenário foi no sentido de racionalizar seus processos produtivos e

---

<sup>5</sup> *Resolution concerning statistics of the economically active population, employment, unemployment and underemployment (Resolution I). Thirteenth international conference of labour statisticians. Organização Internacional do Trabalho, Genebra, 1982.*

gerenciais para reduzir custos e garantir sua permanência no mercado. Mesmo nos períodos de retomada do nível de atividade, esta tendência se manteve, tornando a década de 90 um período de transformação do modo de funcionamento do mercado de trabalho.

No cenário internacional, as mudanças produtivas, ocorridas a partir da década de 80, voltavam-se fundamentalmente para a flexibilização de todos os custos produtivos. Especificamente quanto à mão-de-obra, as estratégias concentravam-se em alterar as formas de contratação e de uso da força de trabalho, viabilizando a incorporação por meio de contratos de tempo determinado e parcial, com redução expressiva dos custos salariais diretos e indiretos e com adequação da jornada de trabalho à instabilidade dos fluxos produtivos. Tais transformações resultaram, basicamente, no rompimento da relativa homogeneidade que caracterizava os mercados de trabalho dos países desenvolvidos, com o surgimento de formas de incorporação diversas do contrato de trabalho padrão e com aumento da instabilidade de emprego e de renda.

Construídos para descrever mercados de trabalho homogêneos, em que a segmentação da força de trabalho em desempregados e ocupados mostrava-se bastante adequada, os indicadores utilizados pelos países desenvolvidos, e que serviram de parâmetro para elaboração das medidas internacionais, tornaram-se progressivamente alvo de discussões quanto a suas limitações diante da flexibilização das relações de trabalho. O processo de heterogeneização dos mercados de trabalho nesses países colocou em questão o caráter supostamente atemporal desses indicadores, que permitiria a sua adoção em qualquer período e para qualquer estrutura socioeconômica.

Vários esforços têm sido feitos para ampliar as medidas do fenômeno do desemprego, para avaliar a influência do processo de criação de postos de trabalho sobre a disponibilidade de mão-de-obra, para construir descrições das situações ocupacionais que não partam do parâmetro da relação de emprego padrão, para reelaborar as classificações de atividades e de ocupações de forma a captar a crescente integração entre elas. Os inúmeros trabalhos que tratam destas questões convergem para a dificuldade, diante da crescente diversidade de relações estabelecidas pelos indivíduos em sua inserção no mundo do trabalho, de obter medidas que expressem os fenômenos característicos de mercados laborais heterogêneos.

Como o peso de empresas multinacionais na estrutura produtiva brasileira é elevado e ampliou-se a abertura da economia, esses movimentos reproduziram-se no Brasil com as devidas adaptações a sua realidade, embora com temporalidade diversa. Isso reafirma a idéia de heterogeneidade como princípio básico para analisar as transformações do mercado de trabalho nacional, indicando sua semelhança aos padrões internacionais ou explicitando as



tendências que, por estarem mediadas pela diversidade do próprio mercado, diferenciar-se-iam dos movimentos registrados nos países desenvolvidos.

### *Principais Conceitos e Indicadores*

Expressar a noção de heterogeneidade estrutural sob a forma de conceitos operacionalizáveis em uma pesquisa domiciliar foi o desafio maior para a implementação da PED. De um lado, por exigir a rediscussão dos limites entre as três situações básicas da PIA, redefinindo-as de forma mais ampla e mais compatível com a fluidez que caracteriza as relações dos indivíduos diante de um mercado de trabalho heterogêneo. De outro, por requerer a construção de novos parâmetros para orientar tal classificação, que não deveriam estar ancorados apenas na dicotomia trabalho/não-trabalho e que prescindissem da adoção de medidas quantitativas relativas ao grau de utilização da mão-de-obra. Finalmente, cabia elaborar um questionário capaz de viabilizar a coleta das informações necessárias à expressão desta realidade heterogênea, mas que, ao mesmo tempo, permitisse a elaboração das estatísticas segundo as normas internacionais.

Para alcançar estes objetivos, foram construídos os conceitos explicitados a seguir e que se referem à definição da classificação da condição de atividade da PIA e às variáveis captadas para caracterização dos ocupados, desempregados e inativos.

### *Condição de Atividade*

A PIA considerada para classificação da inserção no mercado de trabalho é a população de 10 anos e mais. Utiliza, assim, um limite de idade para trabalhar inferior ao legalmente estipulado para o país (14 anos até 16 de dezembro de 1998, aumentando a partir desta data para 16 anos.<sup>6</sup>) A consideração de indivíduos de 10 anos e mais como integrantes da PIA decorre da realidade social do país, no qual crianças nesta faixa etária são levadas a trabalhar. Embora essa parcela da população seja relativamente pequena no conjunto da PIA e tenha pouco efeito nos indicadores globais de mercado de trabalho, a sua quantificação e caracterização são importantes para o conhecimento das condições de trabalho deste segmento, para o estabelecimento de relações entre pobreza e mercado de trabalho e para formulação de políticas sociais voltadas a esta questão. Adicionalmente, permitem verificar em que medida a proibição de inserção de crianças no mercado de trabalho está sendo

---

<sup>6</sup> Os limites de idade da PIA nas pesquisas realizadas na América Latina sobre o mercado de trabalho só são estabelecidos para o extremo inferior, variando de 10 anos a 15 anos. No caso brasileiro, a PNAD e a PME investigam a população de 10 anos e mais, porém definem os indicadores da PIA a partir de 15 anos. Ver CEPAL. *Las encuestas de hogares en America Latina*. Santiago, Chile, 19R3.

respeitada.

Para definir a inserção da PIA no mercado de trabalho, a PED utiliza, como as pesquisas tradicionais, a classificação da condição de atividade expressa nos seus grandes agregados – população inativa e população economicamente ativa: ocupada ou desempregada –, o que possibilita a geração de indicadores globais, tais como taxas de participação, taxas e índices de desemprego e ocupação, de amplo uso na análise de mercado de trabalho. Porém, considera fundamental expressar e especificar em cada um destes agregados a heterogeneidade existente no mercado de trabalho regional.

Neste sentido, a inserção da PIA num mercado de trabalho heterogêneo como o brasileiro não se restringe apenas à contraposição de situação de trabalho e não-trabalho ou de procura e não-procura, mas também à consideração de outros parâmetros que reflitam a diversidade de situações existentes. Isto porque o exercício de uma atividade produtiva pode ter caráter esporádico e não ser prioritária para o indivíduo, ou a disponibilidade para trabalhar pode não estar devidamente expressa na procura efetiva de trabalho, ou ainda a procura de um emprego ou trabalho regular pode estar associada ao exercício de trabalhos irregulares para sobreviver. Na hipótese de um mercado de trabalho homogêneo, as definições dos grupos que compõem a condição de atividade seriam relativamente simples, uma vez que, para um determinado período de referência, permitiriam considerar: inativos, os indivíduos sem trabalho e sem procura de trabalho; desempregados, aqueles sem trabalho, porém com procura efetiva de trabalho; ocupados, todas as pessoas que exercem qualquer tipo de trabalho. Isto é devido não só à grande homogeneidade do tipo de trabalho exercido pelos ocupados, como também à clara articulação entre oferta e procura de trabalho, uma vez que a disponibilidade da força de trabalho excedente se manifesta pela procura efetiva de trabalho e, em paralelo, existem garantias sociais que permitem ao indivíduo sem trabalho meios para garantir sua sobrevivência. Desta forma, essas definições seriam suficientes para classificar a inserção da PIA num mercado de trabalho com tais características, visto que as situações de trabalho e não-trabalho e procura e não-procura são claramente excludentes para o conjunto da população.

Assim, a classificação resultante do uso exclusivo desses dois parâmetros termina por priorizar, num mercado de trabalho heterogêneo, o exercício de qualquer trabalho e, conseqüentemente, a condição de ocupado, desconsiderando situações de desemprego ou inatividade disfarçadas pelo exercício de trabalhos ocasionais, presentes neste mercado. Além disso, para a parcela restante da população, ou seja, sem nenhum trabalho, ao basear sua diferenciação no uso exclusivo da procura efetiva, considera como inativos aqueles indivíduos

na situação de desemprego oculto pelo desalento na procura de trabalho.

A PED, ao ampliar e combinar o número de parâmetros definidores da condição de atividade classifica situações heterogêneas na condição de que elas mais se aproximam, seja como desempregada, ocupada ou inativa. Esta maneira de classificação da condição de atividade capta, além do desemprego aberto, também formas ocultas de desemprego, o que possibilita acompanhar não só a evolução de um mercado de trabalho heterogêneo, como torna mais abrangente a aferição dos efeitos sociais do desemprego.

Cabe assinalar que essa definição da condição de atividade não só responde às necessidades do mercado de trabalho regional, como também incorpora as recomendações internacionais vigentes, no sentido de permitir a comparabilidade internacional de seus indicadores. Para tanto, o desemprego total é desagregado por tipos, identificando-se o desemprego aberto tal como estabelecido pela norma internacional e as situações específicas redefinidas pela PED. Da mesma forma, dentro dos inativos é feita a separação entre aqueles sem nenhum trabalho daqueles com trabalho excepcional.

Os parâmetros básicos que, quando combinados, permitem classificar a PIA como desempregada, ocupada ou inativa, são: *procura efetiva de trabalho; disponibilidade para trabalhar com procura em 12 meses; situação de trabalho; tipo de trabalho exercido e necessidade de mudança de trabalho*. O quadro sinóptico a seguir identifica as situações resultantes da combinação dos diferentes parâmetros para definição da condição de atividade da PIA.

<b>COMBINAÇÃO DOS PARÂMETROS PARA DEFINIR A CONDIÇÃO DE ATIVIDADE DA PIA</b>						
<b>Condição de Atividade</b>	<b>Parâmetros</b>					
	<b>Procura Efetiva de Trabalho (30 dias)</b>	<b>Disponibilidade Atual para Trabalhar com Procura em 12 meses</b>	<b>Situação de Trabalho</b>	<b>Tipo de Trabalho Exercido</b>	<b>Necessidade de Mudança de Trabalho</b>	
<i>PEA (Com Disponibilidade para Trabalhar)</i>						
Desemprego Aberto	sim	----	não	----	----	
Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	sim	----	sim	irregular	sim	
Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	não	sim	sim	irregular	sim	
Desemprego Oculto pelo Desalento	não	sim	não	----	----	
Ocupado	sim	----	sim	irregular	não	
Ocupado	sim	----	sim	regular	sim / não	
Ocupado	não	sim	sim	irregular	não	
Ocupado	não	sim	sim	regular	sim / não	
Ocupado	não	não	sim	regular	----	
Ocupado	não	não	sim	irregular	----	
<i>INATIVOS (Sem Disponibilidade para Trabalhar)</i>						
Inativo com Trabalho Excepcional	não	não	não	excepcional	----	
Inativo sem Trabalho	não	não	não	----	----	

### *Procura Efetiva de Trabalho*

A procura efetiva de trabalho é aquela que se expressa na realização, pelo indivíduo, de alguma providência, nos 30 dias anteriores ao da entrevista, para conseguir um trabalho. A procura de trabalho inclui não apenas a busca de um emprego assalariado, mas também de outros trabalhos. Neste último caso, refere-se às providências necessárias para abrir um negócio ou empresa e à procura por mais clientes por parte do trabalhador autônomo.

A utilização de 30 dias como período de referência para captação da procura efetiva se faz necessária tendo em vista que períodos mais curtos, como, por exemplo, 7 dias, são

insuficientes para cobrir todas as situações de procura efetiva no momento da pesquisa, tal como reconhecido pela maioria das pesquisas domiciliares sobre mercado de trabalho desenvolvidas em diferentes países.

#### *Disponibilidade para Trabalhar com Procura em 12 Meses*

Nessa situação, encontra-se o indivíduo que não procurou trabalho nos 30 dias anteriores à entrevista (procura efetiva) devido aos desestímulos do mercado ou por motivos circunstanciais de doença, problemas familiares ou falta de dinheiro para cobrir as despesas necessárias à procura. No entanto, apresenta procura ativa de trabalho nos últimos 12 meses e, no momento da entrevista, manifesta sua necessidade e disponibilidade atual para trabalhar.

Apesar de algumas pesquisas tradicionais reconhecerem a existência do desalento da procura e da importância de sua captação, o indivíduo nessa situação é geralmente considerado como inativo devido ao fato de sua disponibilidade não estar expressa na procura efetiva. Ao contrário, a PED o considera como integrante da PEA visto que a disponibilidade para trabalhar dos indivíduos em situação de não-trabalho involuntária pode não se manifestar apenas na procura efetiva.

#### *Situação de Trabalho*

A situação de trabalho é definida como aquela em que o indivíduo tem um trabalho remunerado ou não-remunerado num determinado período de referência, excetuando o trabalho excepcional.

O *trabalho remunerado* refere-se ao exercício de qualquer atividade que tenha como contrapartida uma remuneração em dinheiro, podendo ser complementada por benefícios ou bens em espécie (alimentação, habitação, transporte, etc.). Assim, abrange desde os assalariados, empregadores, conta-própria e autônomos, até os trabalhadores que recebem exclusivamente por produção, os biscateiros, etc. Incluem-se também os religiosos, estagiários, aprendizes, etc., desde que recebam alguma remuneração em dinheiro pelo exercício da sua atividade.

O *trabalho não-remunerado* refere-se às atividades dos trabalhadores familiares sem remuneração salarial, os quais trabalham auxiliando nos negócios de parentes, sem que recebam por isso uma retribuição salarial, assim como ao trabalho exercido pelo empregado que recebe exclusivamente em espécie ou benefício.

Vale ressaltar que atualmente não está mais vigente a recomendação internacional de dar tratamento diferenciado ao trabalho familiar não-remunerado, no sentido de exigir um limite

de horas para que seu exercício configure uma situação de trabalho.

O *trabalho excepcional* refere-se à realização pelo indivíduo de um trabalho, em caráter ocasional, remunerado ou não-remunerado, quando lhe sobra tempo de suas atividades não - produtivas consideradas prioritárias.

Essa restrição é compatível com os princípios da recomendação internacional, ao permitir a adoção de critérios próprios a cada país para definir se o trabalho exercido credencia ou não o indivíduo para fazer parte da força de trabalho. Tal medida deve-se à necessidade de evitar uma superestimação dos indivíduos com disponibilidade atual para trabalhar, quando esta é identificada pelo exercício de qualquer trabalho por mais instável, descompromissado ou excepcional que seja.

A PED dá o mesmo tratamento ao exercício de trabalho remunerado e o não-remunerado para definir a situação de trabalho, uma vez que ambos fazem parte de atividades econômicas. Optou-se por utilizar critérios qualitativos diferenciadores de situações de trabalho e de situações de não-trabalho, em razão da prioridade dada pelo indivíduo ao exercício de sua atividade produtiva.

São consideradas como *situações de não-trabalho*, além do exercício de trabalho em caráter excepcional, as atividades sem remuneração da dona-de-casa, do estudante, das pessoas que se dedicam a trabalhos de caridade e de ajuda, etc., assim como do indivíduo que auxilia um parente em seus afazeres domésticos, mesmo que receba em contrapartida algum valor monetário (ajuda de custo, mesada, etc.).

#### *Tipo de Trabalho Exercido*

Para identificar a situação de ocupado ou desempregado consideram-se dois tipos de trabalho exercido: o regular e o irregular.

O *trabalho irregular* é identificado como o de auto-ocupação não-remunerado ou remunerado instável. Os trabalhos de auto-ocupação não-remunerados referem-se basicamente ao trabalhador familiar sem remuneração salarial, enquanto as auto-ocupações remuneradas incluem qualquer tipo de trabalho, à exceção do trabalho assalariado, do emprego doméstico mensalista e do empregador.

Os trabalhos de auto-ocupação remunerados instáveis são aqueles nos quais o indivíduo não tem nenhuma "garantia" ou "previsibilidade" de que terá trabalho quando terminar o que está realizando ou nos casos em que os ganhos provenientes de vendas de bens são avulsos e variáveis. A pessoa que exerce este tipo de trabalho tem dificuldade em precisar a sua frequência, mas o realiza sempre que aparece, uma vez que o seu tempo está comprometido

com o exercício de trabalho.

A instabilidade desse tipo de trabalho remunerado resulta da falta de trabalho ou da realização das vendas, o que o diferencia do trabalho excepcional cujo exercício está subordinado à sobra de tempo de outras atividades consideradas prioritárias pelo indivíduo (estudar, cuidar dos afazeres domésticos, etc.). Assim, a instabilidade do trabalho irregular é consequência direta das restrições do mercado onde é realizado, enquanto a instabilidade do trabalho excepcional decorre da falta de tempo do indivíduo para trabalhar.

Ao se levar em conta o trabalho irregular para definição da condição de atividade, atende-se à necessidade de captar o desemprego oculto pelo trabalho precário. Isto é, a situação do trabalhador que, por falta de alternativas de emprego ou de outros trabalhos regulares, é levado a exercer atividades de auto-ocupação para garantir sua sobrevivência. O caráter econômico limitado destas atividades se expressa em freqüentes períodos de não-trabalho e na instabilidade de seus ganhos e até mesmo da não-remuneração individual. Por essas razões, o próprio indivíduo se recusa a permanecer nestas atividades e, por isso, busca mudar de trabalho.

O *trabalho regular* compreende o trabalho assalariado, o emprego doméstico mensalista, o do empregador e as atividades estáveis de auto-ocupação remunerada, ou seja, que tenham garantia de continuidade de trabalho e/ou de ganhos devido à existência de uma clientela fixa ou da capacidade de concorrer no mercado.

#### *Necessidade de Mudança de Trabalho*

A necessidade de mudança de trabalho define-se pela combinação da procura para substituir o atual trabalho irregular – PEA. Este parâmetro é utilizado para identificar a situação específica de desemprego oculto pelo trabalho precário.

O outro trabalho procurado pode ser um emprego assalariado ou mesmo mudança de ofício ou ocupação, conservando-se como trabalhador autônomo. Desta forma, a procura por mais clientes mantendo a mesma ocupação não é considerada como necessidade de mudança de trabalho.

A restrição de mudança de trabalho, associando-a apenas à substituição de um trabalho irregular, objetiva identificar a situação de desemprego motivada por: ausência de oportunidades de emprego assalariado ou de outro tipo de trabalho regular; necessidade do exercício de trabalhos remunerados instáveis para sobreviver ou não-remunerados de ajuda de negócios de parentes; percepção do trabalhador das limitações do mercado no qual exerce esta atividade de auto-ocupação para alcançar uma estabilidade de trabalho e de ganhos.

### *População Economicamente Ativa – PEA*

Considera-se como *PEA* todos os indivíduos de 10 anos e mais que, no momento da pesquisa, estão comprometidos com o mundo do trabalho, ou seja, têm disponibilidade para trabalhar, expressa na procura efetiva de trabalho, na disponibilidade para trabalhar sem procura efetiva ou numa situação de trabalho. A disponibilidade atual para trabalhar identifica a força de trabalho ofertada no mercado de trabalho, que poderá estar sendo utilizada (ocupada) ou manifestar-se como excedente (desempregada).

Embora a disponibilidade para o trabalho seja também considerada nas pesquisas convencionais, esse conceito apresenta-se restrito, uma vez que está associado apenas à procura efetiva de trabalho ou ao exercício de qualquer trabalho no período de referência adotado.

### *População Desempregada*

A parcela da *PEA* identificada como *Desempregada* compreende os indivíduos que se encontram numa situação involuntária de não-trabalho, por falta de oportunidade de trabalho, ou que exercem um trabalho irregular com desejo de mudança. A população desempregada é desagregada em três classes:

*Desemprego Aberto*: pessoas sem trabalho nos 7 últimos dias e com procura de trabalho efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista.

*Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário*: pessoas que realizaram, nos últimos 30 dias, trabalhos precários – algum trabalho remunerado irregular ou trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes – e que procuraram substituir este trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás.

*Desemprego Oculto pelo Desalento*: pessoas sem trabalho e com necessidade de trabalhar, porém sem procura efetiva de trabalho por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas que apresentaram procura ativa de trabalho, de pelo menos 15 dias, nos últimos 12 meses.

### *População Ocupada*

A parcela da *PEA* identificada como *Ocupada* compreende os indivíduos que, nos 7 dias



anteriores ao da entrevista, possuíam trabalho regular, com ou sem procura de trabalho. Também são ocupadas as pessoas que, neste período, exerceram trabalhos irregulares, desde que não tenham procurado mudar de trabalho. Exclui, porém, os indivíduos que nos últimos 7 dias exerceram trabalhos de forma excepcional.

#### *População Inativa de 10 anos e mais*

A *população inativa* compreende a parcela da PIA que não tem necessidade nem disponibilidade atual para trabalhar, encontrando-se em uma das seguintes situações:

*Inativo sem Trabalho:* pessoas que não têm procura efetiva de trabalho nem necessidade de trabalhar e que não realizaram nenhum trabalho nos últimos 7 dias.

*Inativo com Trabalho Excepcional:* pessoas que eventualmente trabalharam nos últimos 30 dias só porque lhes sobrou tempo de seus afazeres principais e que não procuraram trabalho.

### **Principais Aspectos do Mercado de Trabalho Captados pela PED**

A caracterização de cada condição de atividade tem por objetivo identificar a heterogeneidade existente em cada um de seus agregados, aprofundando o conhecimento das suas determinações e especificidades.

Para o conjunto de ocupados, além de captar as variáveis mais usuais para sua diferenciação, como setor de atividade, ocupação, posição na ocupação, rendimentos e horas trabalhadas, a PED investiga também outros aspectos que combinados atendem a distintas abordagens de estudos sobre este segmento.

Por exemplo, as características captadas para o trabalho principal exercido pelo ocupado permitem: segmentar os postos de trabalho segundo setores de atividade econômica, setor institucional ou tamanho de empresa, possibilitando relacionar mais diretamente a evolução do mercado de trabalho com a dinâmica de crescimento destes setores; identificar o tipo de emprego gerado expresso na relação de trabalho estabelecida (posição na ocupação), nas formas de contratação do trabalho assalariado, no tipo de ocupação, etc.; identificar situações de subemprego visível e invisível para diferenciar os ocupados segundo o grau de utilização da sua força de trabalho, seja pela subutilização de seu tempo disponível, seja pelos baixos rendimentos proporcionados pelo posto de trabalho; segmentar os ocupados segundo sua

inserção em setores modernos ou tradicionais da economia, organizados ou não, formais ou informais, de acordo com o uso de diferentes variáveis para sua medição.

Cabe destacar que o questionário da PED contém elementos que, em certo grau, possibilitam acompanhar os efeitos da reestruturação produtiva em curso no mercado de trabalho expressos na flexibilização da contratação pelas empresas e na fragilização das condições de trabalho dos ocupados. Neste sentido, essa pesquisa capta a terceirização do trabalho assalariado pela subcontratação de empresas, além da jornada parcial involuntária, da baixa remuneração da hora trabalhada, da informalização do trabalho assalariado pela ausência de carteira assinada e da subordinação do trabalho autônomo pela empresa. Estas características poderão, inclusive, ser associadas à procura de trabalho e seus motivos, o que permitirá relacionar a fragilização da situação de trabalho dos ocupados com a sua insatisfação.

Para os desempregados, além de captar as características do trabalho anterior – posição na ocupação, ocupação, setor de atividade, duração do trabalho exercido, tempo de desemprego –, investiga-se se há recebimento de aposentadoria, de seguro-desemprego e os meios utilizados para sobrevivência. Estas características, relacionadas aos seus atributos pessoais e familiares, permitem avaliar os efeitos da exclusão social via desemprego sobre segmentos diferenciados da população.

Para os inativos é ampliada a captação das diferentes formas de inatividade (dona de casa, auxiliares de afazeres domésticos, atividades estudantis, etc.) e investigam-se o valor de aposentadoria e recebimento de seguro-desemprego.

Para os indivíduos em situação de desemprego oculto pelo trabalho precário e para os inativos que exercem trabalho excepcional, são captadas as informações já mencionadas, específicas a estes segmentos, e ainda setor de atividade, posição na ocupação, ocupação, horas trabalhadas e rendimentos, com o objetivo de caracterizar o trabalho precário ou excepcional e de acompanhar sua evolução. Além disso, essa investigação dá maior flexibilidade ao banco de dados da pesquisa no sentido de permitir a qualificação do conjunto de ocupados segundo outras definições de condição de atividade.

Além das questões específicas a cada condição de atividade, a PED, por ser uma pesquisa domiciliar, investiga para toda a população os atributos pessoais como idade, sexo, posição no domicílio e na família, cor, migração e tempo de residência na região, o que permite construir indicadores que relacionem os diferentes atributos pessoais e familiares com a inserção do indivíduo no mundo do trabalho.

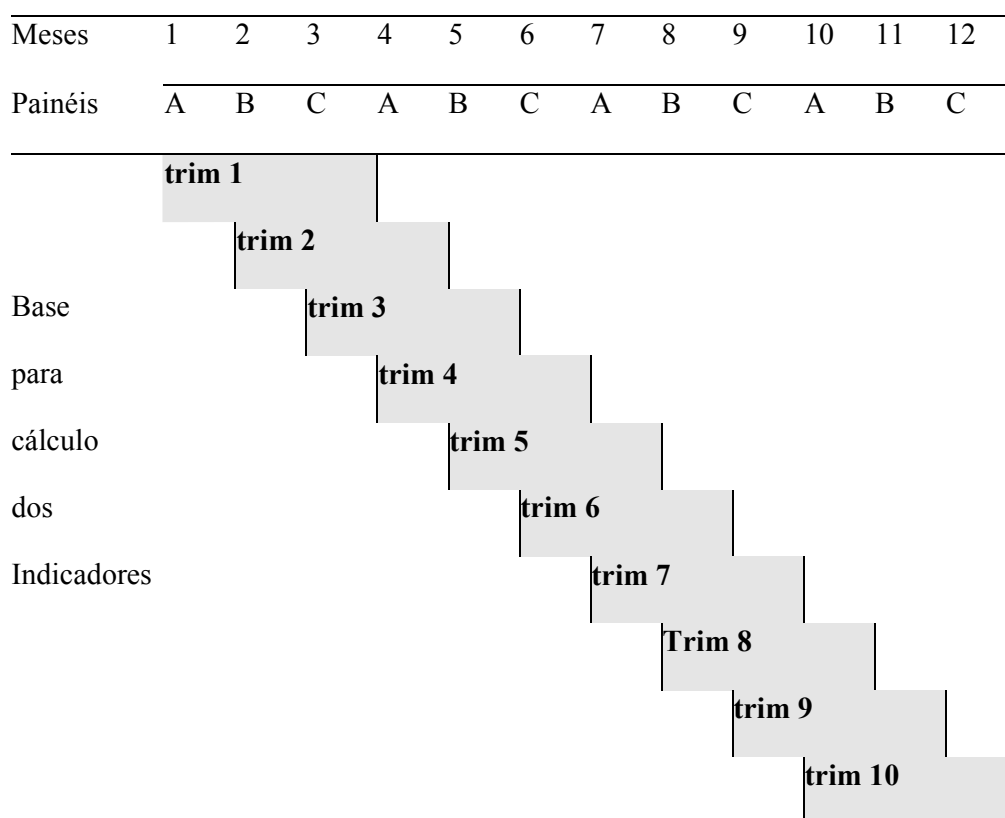
## **Plano Amostral e Estimativas da PIA, PEA, Ocupados, Desempregados e Inativos**

Os dados da PED são obtidos por meio de entrevistas em unidades domiciliares, selecionadas através de uma amostra probabilística em dois estágios. No primeiro estágio, sorteiam-se os setores censitários, em seguida, procede-se ao arrolamento de todos os domicílios dos setores sorteados. No segundo estágio, selecionam-se as unidades domiciliares.

Para atender a precisão desejada dos indicadores, necessita-se de um tamanho mínimo de amostra que, por razões de custo, não é levantado em um único mês, mas em três meses. O tamanho necessário da amostra é de 9.000 domicílios, porém o levantamento mensal é de 3.000 unidades domiciliares, que são obtidas a partir de 170 setores censitários com 18 domicílios pesquisados, em média, em cada setor.

Dessa forma, o número total de setores censitários sorteados (510) foi dividido em três painéis distintos rotulados de A, B e C (170 em cada um). Para os três primeiros meses da pesquisa, são levantadas as informações dos painéis A, B e C, respectivamente (Ilustração 1). Para os meses 4, 7 e 10 são utilizados os setores censitários do painel A, mas com o sorteio de novas unidades domiciliares. As unidades domiciliares dos meses 5, 8 e 11 são obtidas do painel B e produzem o painel C as unidades domiciliares para os meses 6, 9 e 12 da pesquisa. Desse modo, levantam-se, a cada mês, amostras independentes.

## Ilustração 1



Para garantir a precisão desejada, apesar da periodicidade mensal dos levantamentos, o cálculo dos indicadores é realizado com os dados acumulados no trimestre. Desse modo, os indicadores são produzidos com as informações de trimestres móveis, que incluem sempre os três painéis, possibilitando o acompanhamento da conjuntura trimestral (Ilustração 1) e uma análise da tendência dos principais indicadores todos os meses.

Assim, as amostras mensais, independentes entre si, possibilitam que as informações de vários meses possam ser acumuladas para produzir indicadores mais precisos em análises estruturais, principalmente quando o fenômeno em estudo é pouco comum, o que constitui uma vantagem adicional deste planejamento amostral.

A partir de fevereiro de 1998, a pedido do Consórcio Intermunicipal da Bacia do Alto Tamanduateí e Billings e com o seu apoio, ampliou-se a amostra da PED para o ABCD a fim de que se pudesse divulgar os principais indicadores da pesquisa para esta região, que compreende os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Foram acrescentadas aos 9.000 domicílios normalmente pesquisados pela PED 810 novas unidades domiciliares, cuja seleção

também foi probabilística em dois estágios conforme o método detalhado anteriormente. No primeiro estágio, sortearam-se 45 novos setores censitários na região do ABCD (divididos em três painéis de 15 cada) e, no segundo estágio, sortearam-se em média 18 domicílios de cada novo setor, perfazendo o acréscimo de 810 domicílios (cerca de 270 por mês). Após esse aumento, o número total de domicílios esperado para a região do ABCD passou a ser 2.010 por trimestre (1.200 unidades que já eram normalmente pesquisadas mais 810 novas unidades).

Os pesos amostrais foram ajustados de tal forma que, processando os dados referentes apenas à região do ABCD, ou aqueles relacionados a toda a Região Metropolitana, os resultados obtidos para taxas, distribuições e médias já podem ser analisados sem que se necessite de ajustes adicionais.

Todo indicador produzido a partir de pesquisas amostrais está sujeito ao erro amostral, definido em termos absolutos como a diferença entre o valor do indicador na população de interesse e a estimativa deste obtida a partir de uma amostra. Em termos relativos, o erro amostral é definido como a razão entre erro amostral absoluto e o valor do indicador na população (coeficiente de variação).

No planejamento da amostra estabeleceu-se a precisão desejada para alguns indicadores, principalmente para a taxa de desemprego total, garantindo, assim, a confiabilidade dos resultados. Estende-se a mesma confiabilidade para todos os demais indicadores divulgados em estudos conjunturais ou estruturais. Para tanto, no Sistema de Consulta aos Microdados da PED apresentam-se apenas os indicadores que possuem um coeficiente de variação de no máximo 7,5%.

As estimativas dos números absolutos da População Economicamente Ativa, dos Ocupados, dos Desempregados e dos Inativos são obtidas através da projeção da PIA elaborada pela Fundação Seade e das suas respectivas porcentagens encontradas na pesquisa. Desse modo, os dados estimados incorporam as informações demográficas mais atualizadas disponíveis, podendo sofrer alterações sempre que houver novas projeções da PIA.